

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ele tem a força

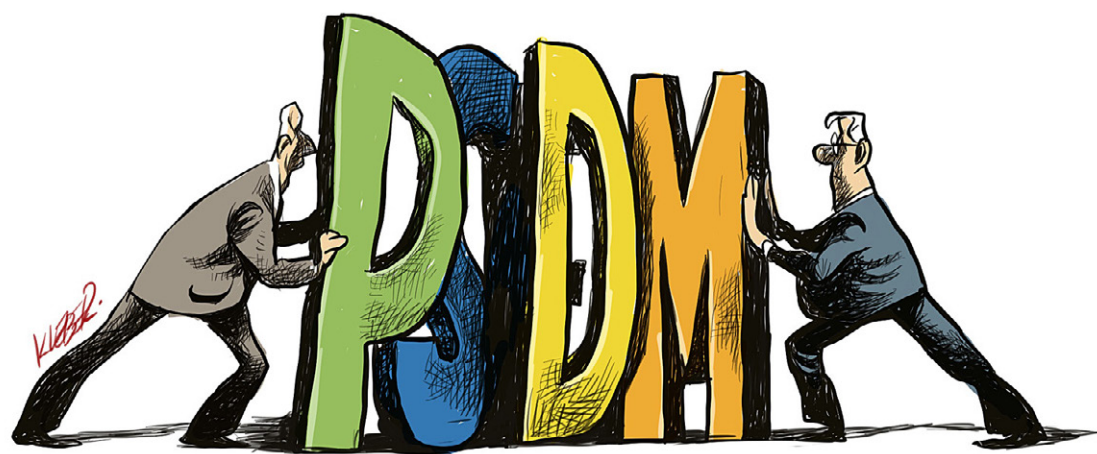
O principal projeto do União Brasil no Centro-Oeste é a reeleição do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Nesse sentido, é ele quem terá a primazia de organização do partido no Distrito Federal, uma vez que precisa do entorno para seu projeto reeleitoral.

Fique tranquilo

Caiado já fez chegar ao ex-deputado Alberto Fraga que ele pode ficar sossegado, porque não será preterido. Fraga, aliás, já avisou ao comando do DEM que, se não for o comandante do União Brasil no DF, buscará outro caminho.

Governistas em fúria

Uma revolta começou a tomar conta da base governista por causa da resistência a derrubar o veto sobre a distribuição de absorventes para mulheres carentes. No governo, houve quem dissesse que era uma pauta da esquerda e coisa e tal, mas não colou. A exclusão de meninas das escolas pela falta dos absorventes não tem ideologia. Nem a dura realidade do crescimento de 66,3% do número de crianças entre 6 e 7 anos que não sabem ler.



O jogo do União Brasil

Homologado pela Justiça Eleitoral e com quase R\$ 1 bilhão para suas campanhas este ano, o União Brasil vai mexer no tabuleiro da Câmara dos Deputados e do Senado, e estuda, inclusive, uma federação com o MDB. O objetivo é neutralizar a força do Centrão (PL-PP-PTB-Republicanos) no Congresso e, no pós-eleitoral, buscar o comando da Câmara e do Senado. Se o projeto eleitoral for bem-sucedido, o novo

partido jogará para ficar com o comando da Câmara, deixando o Senado para o MDB.

Na avaliação dos emedebistas, essa construção pode abarcar, ainda, o PSDB, a depender das conversas em curso. Uma coisa é certa: o novo partido não veio a passeio e, cheio de recursos, não descarta, inclusive, segurar ao seu lado uma parcela dos bolsonaristas, que podem ter mais espaço na nova legenda do que no PL.

Por falar em governistas...

A assinatura de aliados do governo em propostas que atendam o contribuinte, ainda que não esteja de acordo com o que defende a equipe econômica, não é privilégio dos bolsonaristas. Ano eleitoral é sempre assim. A necessidade de voto entra pela porta e a responsabilidade fiscal sai pela janela.

CURTIDAS

PDT Nacional/Divulgação



Ciro é Camilo/ Pré-candidato a presidente da República pelo PDT, Ciro Gomes (foto) apoiará Camilo Santana (PT) ao Senado. Explica-se: não vai deixar o aliado dividir o grupo no estado. A tendência é a vice-governadora Isolda Cela (PDT), muito ligada aos Ferreira Gomes, ser a candidata à reeleição.

Tensão no Ceará/ Depois de o deputado estadual André Fernandes (PL) ter dito que foi perseguido e teve a caminhonete atingida por sete tiros, a segurança presidencial foi reforçada para a visita do presidente Jair Bolsonaro a Jati (CE). Fernandes é um dos principais chefes bolsonaristas no estado.

Romaria/ Promessa forte para a vaga do Senado na Paraíba, o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho, recebeu, ontem, 46 prefeitos em seu gabinete. Calma, pessoal, não foram todos de uma vez, embora tenha gerado uma aglomeração.

Monark hoje e ontem/ No século passado, Monark era bicicleta. Nos tempos modernos, celebridade na internet, daquelas que só saem da bolha e se tornam realmente famosas quando cometem alguma gafe ou crime. Nazismo nunca mais.

JUDICIÁRIO

TSE aprova o União Brasil

Por unanimidade, Corte eleitoral avaliza a fusão entre PSL e DEM. Novo partido torna-se o maior da Câmara, com 81 deputados

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, ontem, o pedido de registro do estatuto e do programa partidário do União Brasil — fusão do PSL com o DEM. A nova legenda terá a maior bancada na Câmara e, consequentemente, a principal fatia dos fundos partidário e eleitoral.

A união foi aprovada por unanimidade, em ação relatada pelo ministro Edson Fachin. Ao votar, o magistrado afirmou ter verificado “o cumprimento de todos os requisitos necessários para a fusão de partidos políticos”.

Segundo Fachin, entre os requisitos necessários para a fusão, estão contemplados a ata da convenção nacional conjunta, realizada em 6 de outubro do ano passado, e a aprovação do programa e do estatuto partidário.

O ministro também mencionou que já há o registro da pessoa jurídica do partido, assim como o nome, a sigla e o número da legenda. A defesa do partido apenas pediu que, já a partir de hoje, tenha acesso aos sistemas da Justiça Eleitoral. A solicitação foi aprovada.

Fachin foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Mauro Luiz Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Silveira Bannos e Carlos Bastide Horbach.

O PSL e o DEM têm, juntos, 81 cadeiras na Câmara, à frente do segundo colocado, o PT, que soma 53. O União Brasil ainda contará com quase R\$ 800 milhões de fundo eleitoral para distribuir aos seus candidatos.

A tendência, no entanto, é de que entre 20 e 30 deputados bolsonaristas do PSL deixem a legenda. Eles devem seguir o

TONINHO BARBOSA



Luciano Bivar com ACM Neto (C): fusão pode causar debandada de bolsonaristas

presidente Jair Bolsonaro e se filiar ao PL. O chefe do Executivo se elegeu pelo então nanico PSL, em 2018, mas saiu no ano seguinte.

O líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), comemorou, nas redes sociais, o resultado do TSE. “O União Brasil nasce comprometido com o sentimento da maioria dos brasileiros, que não quer a divisão. Entre as nossas bandeiras, estão o apoio ao empreendedorismo e a geração de empregos. Vamos unir o Brasil pelo diálogo”, pregou.

Desafios

A documentação da nova legenda estava na Corte eleitoral desde novembro passado. O União Brasil vai ter como presidente Luciano Bivar (PSL). Nos próximos dias, devem ser

definidos os caminhos que a legenda tomará na campanha eleitoral deste ano.

Até abril, o União Brasil vai divulgar se lançará candidato a presidente da República ou se indicará o vice na chapa de algum presidencial. Há expectativa de que o ex-ministro Sergio Moro troque o Podemos pelo novo partido. A eventual entrada dele, por sinal, já virou motivo de discordância entre os filiados.

Bolsonaro, que vai tentar a reeleição, também tenta uma aproximação com o União Brasil, podendo abrir mão de candidaturas de bolsonaristas nos estados em favor de integrantes da nova sigla.

O União Brasil não descarta formar aliança com a senadora e presidencialista Simone Tebet (MDB-MS).

Saiba mais

Partido robusto

O União Brasil, megapartido presidido por Luciano Bivar, do antigo PSL, e que terá ACM Neto, do extinto DEM, como secretário-geral, contará com oito senadores, além de 81 deputados e três governadores. A robustez partidária se manifesta, também, nas Assembleias Legislativas dos estados, onde têm 129 deputados. O União Brasil herda, ainda, 552 prefeituras em todo o país, o equivalente a 10% dos municípios.

Vitória parcial de Lira

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado votos favoráveis ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar na Operação Lava-Jato. Até o momento, três ministros da Corte votaram pela rejeição da ação. Além de Edson Fachin, Gilmar Mendes e Rosa Weber entenderam que não houve crime de corrupção passiva por parte do deputado.

Lira foi denunciado pela PGR, em 2019, por corrupção passiva, porque teria recebido propina de R\$ 1,6 milhão da empreiteira Queiroz Galvão por meio de um assessor parlamentar, segundo as investigações. Os procuradores afirmam que ele retirou os recursos de uma “caixa de propinas” mantida pela construtora em favor do PP, ao qual é filiado.

Meses depois, porém, o Ministério Público recuou e retirou a acusação, sob a alegação de fragilidade probatória, contradições nas narrativas dos relatores e falta de elementos que comprovem o recebimento de dinheiro ilegal.

Segundo Fachin, “não consta destes autos qualquer registro telefônico, extrato bancário ou documento apreendido que consolide a afirmada destinação dos pagamentos espúrios em favor do acusado Arthur César Pereira de Lira. Tampouco logrou-se identificar o assessor parlamentar que teria sido responsável pelo recebimento do valor”.

Para o ministro, “embora não se possa negar a ascensão e proeminência do acusado

Arthur César Pereira de Lira nos assuntos partidários da agremiação à qual se encontra filiado, a pretensão ministerial de relacionar a posição de líder ao pagamento indevido implementado, à míngua de qualquer outra circunstância que robusteça essa hipótese acusatória, reforça a conclusão pela inexistência de justa causa em relação ao parlamentar federal, ante a fragilidade dessa ilação”.

O julgamento no STF está disponível em plenário virtual até 11 de fevereiro. Lira precisa de apenas mais dois votos para se livrar da denúncia. O Correio tentou contato com o deputado, por meio da assessoria, mas ele preferiu não se manifestar.

Arquivamento

O advogado constitucionalista Samuel Magalhães explicou que, no artigo 156 do Código de Processo Penal, a prova da alegação criminosa incumbirá a quem a fizer, nesse caso, à PGR, e deve ser lida com garantia constitucional da presunção de inocência.

“No caso da acusação de corrupção passiva em esquema de suposto pagamento de propina apresentada pela PGR, a subprocurador não apresentou provas suficientes que caracterizassem a conduta criminosa do parlamentar”, ressaltou.

Para Magalhães, o processo deve ser encerrado em breve. “Sem provas cabais no processo, o feito deverá ser arquivado, haja vista a fragilidade das provas”, frisou. (LP)